



Inclusão Escolar: Análise do Processo de Inclusão na Escola Doutor Severino Alves de Sá, Instituição de Ensino Público no Município de Salgueiro-PE

Gabriela Gonçalves Pires¹; Venceslau José da Silva Filho²; Kennya de Lima Almeida³

Resumo: O presente artigo tem como principal objetivo abordar o processo de inclusão na Escola Doutor Severino Alves de Sá, uma instituição pública de ensino que tem como proposta um ensino inclusivo próprio para atender aos alunos com deficiências que têm seus direitos garantidos por Lei. Sendo que um dos objetivos específicos deste trabalho é fazer uma análise sobre a historicidade do ensino inclusivo, o aspecto inclusivo no contexto educacional, a formação docente na perspectiva escolar e os benefícios da inclusão escolar para os alunos. Já a justificativa vem ao encontro da temática ser bastante quente e sempre está em discussão no meio educacional. O estudo visa ainda uma explanação bibliográfica sobre o tema apontando, inclusão escolar para pessoas com deficiências. Vale salientar que por muito tempo as pessoas com deficiências foram mantidas segregadas e praticamente privadas de convívio social. Apenas a partir do século XX, quando teve início sua desinstitucionalização e sua educação escolar é que se verificou uma melhor aceitação do deficiente. A problemática presente no artigo vem ao encontro de como se dá a prática do ensino inclusivo mediante teórica descrita no PPP. A metodologia utilizada consiste na revisão bibliográfica sobre o tema e no estudo do Projeto Político Pedagógico (PPP) da referida instituição de ensino. O principal resultado encontrado é que a escola embora tenha como proposta o ensino inclusivo, é perceptível que esse objetivo ainda está em implementação na instituição.

Palavras-chave: Inclusão, Deficiência, Escola, Família, Sociedade.

¹ Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (FACHUSC). gabi2015ggp@gmail.com;

² Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (FACHUSC). venceslaujose34@gmail.com;

³ Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (FACHUSC). kennya.almeida@fachusc.com.

School Inclusion: Analysis of the Inclusion Process at the Doctor Severino Alves de Sá School, Public Education Institution in the Municipality of Salgueiro-PE

Abstract: The main aim of this article is to address the inclusion process at Escola Doutor Severino Alves de Sá, a public educational institution that proposes an inclusive education to serve students with disabilities who have their rights guaranteed by law. One of the specific objectives of this work is to carry out an analysis of the historicity of inclusive education, the inclusive aspect in the educational context, teacher education from a school perspective and the benefits of school inclusion for students. The justification, on the other hand, is in line with the fact that the theme is quite hot and is always under discussion in the educational environment. The study also aims to provide a bibliographical explanation on the topic, pointing to school inclusion for people with disabilities. It is worth noting that for a long time people with disabilities were kept segregated and practically deprived of social interaction. It was only from the 20th century onwards, when its deinstitutionalization and school education began, that there was a better acceptance of the disabled. The issue present in the article is in line with how the practice of inclusive education takes place through the theoretical described in the PPP. The methodology used consists of a literature review on the topic and the study of the Pedagogical Political Project (PPP) of the aforementioned educational institution. The main result found is that the school, although its proposal is inclusive education, it is noticeable that this objective is still being implemented in the institution.

Keywords: Inclusion, Disability, School, Family, Society.

Introdução

Compreende-se que a temática inclusão escolar é considerada um grande desafio para o meio educacional, sociedade e família, portanto, cabe aos governantes investir mais em políticas de inclusão escolar, em todo os ambientes educacionais, de forma mais efetiva, que haja uma preocupação específica na formação do docente, além disso, investir na formação de todo o corpo escolar na perspectiva de inclusão, uma vez que sabemos que todos os funcionários da instituição fazem parte desse processo.

Partindo dessa premissa, o artigo tem como proposta analisar uma perspectiva escolar educacional da Escola Doutor Severino Alves de Sá do Município de Salgueiro – PE, mediante exploração do PPP da escola, abordando intervenções de ensino para a construção do conhecimento de alunos com deficiência. Além do mais, fazer uma ponte sobre o conceito de inclusão escolar e suas atribuições.

O direito à inclusão escolar para alunos com deficiência nas escolas regulares de ensino apresenta de certo modo desafios a serem vencidos dentro do sistema educacional,

onde sua proposta está toda acessível ao professor, porém o professor que é um dos principais agentes transformadores da inclusão ainda encontra grandes divergências das escolas comuns. Tais contratempos devem ser abordados por professores regulares, professores de ensino especial, pais e comunidade escolar, tendo como base para fundamentar a discussão as leis de diretrizes e bases.

Todos os envolvidos responsáveis pela educação do aluno com deficiência devem entender que a deficiência não é incapacidade para desenvolver certo aspecto, mais uma nova concepção diferente de ensinar e aprender de forma direcionada aos sujeitos que se encontram diretamente ligados a esse processo. Deve se pôr em concreto que ao trabalhar com a condição humana, a maioria dos professores deve agregar todo o processo educacional dos alunos de maneira homogênea, ou seja, trabalhar com as turmas por iguais, sem nenhuma distinção de incapacidade por parte de alguns alunos.

Pesquisando sobre a historicidade das pessoas com deficiência, o estudo aponta que por muitos anos a deficiência foi perdendo nome, sendo chamada apenas pela sua especificação das limitações, como a exemplo de deficiências chamadas apenas por down, autismo, surdo, dentre outros, deixando-os sem acesso ao ensino sendo tratados apenas por pessoas impossibilitadas a aprendizagem.

Ao fazer uma ponte do início do processo inclusivo aos dias de hoje pode-se observar que as escolas estão mais capacitadas para mediar o conhecimento a este determinado grupo educacional, e foi em análise do PPP da Escola Doutor Severino Alves de Sá do município de Salgueiro – PE, que nota-se todo um jogo de estratégias e ações voltadas a aprendizagem de alunos com deficiências, onde algumas delas são a inclusão em salas de aulas regulares e um atendimento mais direcionados no contra turno, mediante salas de AEE (Atendimento Educacional Especializado).

O presente artigo discorre de uma análise bibliográfica sobre conceitos e afirmações sobre o tema, fundamentada em autores importantes e para o assunto em pauta, dentre eles estão DENARI (2008), CRISTINA DELOU (2009), CARNEIRO (2012) entre outros, além de pontos importantes trazidos pelas Leis de responsabilidade sobre a educação inclusiva, podendo contar com a LDB- Lei de Diretrizes e Bases, a UNESCO, Declaração de Salamanca, dentre os demais.

Ao concluir o estudo, nota-se que a perspectiva do ensino vem ao encontro de uma ampla diversidade de estudos e estruturas especializadas aos alunos com deficiências, além de uma forma de incentivo para novos olhares para com este tema tão abrasador no espaço

educacional em virtude das mudanças educacionais e sociais que afetam diretamente o ensino.

História da Educação Inclusiva

A importância de contextualizar um breve histórico sobre a educação especial desde os primórdios até os dias atuais surge como uma forma de explicar como se deu a realização e transformação desse ensino. No Brasil por volta da década de 50 a Educação Especial não aparecia como forma de direitos aos alunos deficientes, porém somente a partir da década de 70 começou a haver algumas especulações, abrindo uma grande preocupação para os governantes atuantes no tempo, forçando-os a criar instituições públicas e privadas além de órgãos normativos federais e estaduais.

Partindo do pressuposto de que a história da educação passou por muitas mudanças decorrentes dos impactos sociais que influenciaram de certa forma no processo de análise educacional, deve-se analisar todo o contexto apresentados nos marcos Educacionais da Educação Especial com ênfase no trecho ao qual diz respeito ao Atendimento Educacional Especializado presente a seguir, descrito na Constituição Federal de 1988, onde afirma que:

Artigo 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III – Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 2020).

Visto que a partir do momento em que o Estado oferece amparo ao público deficiente no âmbito escolar, a educação inclusiva detém de formas imparciais que oferecem um ótimo ensino de qualidade ao ensino inclusivo. Hoje muito se fala sobre a Educação Inclusiva em uma perspectiva paralela de ensino, que vai desde a inclusão em sala de aula no ensino regular compartilhando vivências com outros alunos ditos normais e ao Atendimento Educacional Especializado – AEE, que requer uma atenção maior ao aluno deficiente mediante propostas de ensinamentos direcionadas a aprendizagem do mesmo.

Em análise ao PPP da Escola Doutor Severino Alves de Sá pode se constatar que a mesma dispõe de ensino inclusivo integrado à educação regular, onde diz que:

A escola entende que a educação especial integra a educação regular e perpassa por todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. Além de contar com uma Sala de Atendimento Especializado- AEE e uma profissional capacitada para o atendimento

individual direcionado aos alunos que são atendidos na escola, baseados na necessidade específica de cada estudante. (PPP da Doutor Severino, p.23).

Observa que a escola encontra-se dentro do seu espaço escolar uma assistência essencial para suprir a necessidade de alunos com deficiências voltadas ao ensino inclusivo, obtendo como propósito a formação de alunos voltados para a socialização e interação em meio social.

A educação é a principal responsável pela construção de socialização e interação de uma pessoa ao conviver em uma sociedade, tendo assim a compostura de caráter cultural acentuado, visando à interação do indivíduo Presente na LDB, no artigo 9º apresenta as especificações do público alvo do ensino inclusivo, onde diz:

Art.9º. Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação. (BRASIL/LDB, 1971).

A prática da educação inclusiva requer um olhar analítico especial, visto que ao se falar do futuro das pessoas com necessidades especiais, precisa antes de tudo incluir uma formação específica a docentes proporcionando um maior e melhor atendimento com pessoas capacitadas.

Aspecto inclusivo no contexto educacional

A inclusão escolar é a inserção de todas as pessoas com ou sem deficiência no ensino regular. Porém, inclusão escolar não é apenas estar inserido em sala de aula, pois, transcende essa ideia, visto que as pessoas com deficiência necessitam que as atividades sejam adaptadas para que possam ser realizadas, requerendo profissionais capacitados, sala de AEE, além de, uma atenção redobrada dos educadores.

A inclusão escolar está diretamente relacionada com ações políticas, pedagógicas, culturais e sociais, quando em interação buscam prover a interação de crianças com necessidades especiais com as crianças sem necessidades especiais convivendo no mesmo ambiente escolar, aprendendo e respeitando as diferenças. Segundo a Declaração de Salamanca UNESCO (1994):

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresente. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. (UNESCO, 1994, p11-12)

No entanto, é perceptível que a inclusão escolar está em processo de implantação ainda, sendo essa muito distante de ser concretizada na referida instituição de ensino, apesar de todos os esforços dos profissionais que trabalha no ensino regular, principalmente a docente que atua no AEE em um momento à parte do horário escolar. A escola parceira prevê em seu PPP um apoio amplo à inclusão, onde afirma que:

Esta escola prevê em seu estabelecimento de rede de apoio à inclusão, no espaço físico da escola ou em espaços mais próximos possíveis da mesma, onde o aluno recebe o atendimento educacional especializado (AEE) sempre que necessário. (PPP do Doutor Severino, p. 25).

Todavia, apesar dos esforços mútuos, encontrasse um entrave muito maior para a real inclusão escolar que vão desde a falta de estrutura adequada da escola, falta de preparo dos professores que atuam em sala comum, até a falta de carinho, apoio e amor familiar para com essas crianças. No entanto, apesar de todas as barreiras que são encontradas nessa jornada árdua, é necessário persistir.

Nesse sentido, DENARI (2008) salienta que:

A inclusão escolar, para ser exitosa, requer esforços que necessariamente demandam olhares diversos, questionamento a certos paradigmas relacionados à maneira de conceber a deficiência e entender os processos de ensino e aprendizagem (DENARI, 2008, p. 35).

Dessa maneira, os paradigmas tradicionais sociais e escolares precisam ser reinterpretados, uma vez que a diversidade humana está cada vez mais em destaque e é isso que leva os indivíduos a perceberem o mundo e se adequarem às transformações que ele faz constantemente. A escola precisa enxergar essa realidade, deixando de dar maior ênfase as formalidades e tradicionalismo do que as reais necessidades do mundo vigente, que preconiza levar o conhecimento e desenvolvimento a todos os seres humanos independente de suas peculiaridades físicas, intelectuais, de gênero, culturais, étnicas, religiosas etc. em prol de estabelecer o respeito e a igualdade entre todos.

Todavia para melhor entender o que são as deficiências que devem por Lei ser amparados no âmbito educacional, CRISTINA DELOU et. al. (2009) as define da seguinte forma:

Deficiência Mental: O funcionamento intelectual geral situa-se significativamente abaixo da média, comprometendo duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou da capacidade para responder, de forma adequada, às demandas da sociedade; Física Sensorial Visual: Há redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor olho e, mesmo após a melhor correção ótica, manifesta-se como cegueira ou visão reduzida (subnormal); Deficiência Física Sensorial Auditiva: Há perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala por intermédio do ouvido e manifesta-se como surdez leve (moderada) ou como surdez severa (profunda); Deficiência Física Motora: Constitui-se em uma variedade de condições que afetam as pessoas comprometendo-lhes a mobilidade, a coordenação motora geral ou a fala, em virtude de lesões neurológicas, neuromusculares e ortopédicas, ou malformações congênitas ou adquiridas, amputados, poliomielite, entre outras; Paralisia Cerebral: Alterações significativas do tônus muscular; Deficiência Múltipla: Ocorre a associação, na mesma pessoa, de duas ou mais deficiências (mental/auditiva/física), com comprometimentos que determinam atrasos no desenvolvimento global e na capacidade de adaptação. (CRISTINA DELOU et. al. 2009, p.28).

Essas diversas deficiências têm por lei uma garantia educacional para a construção do conhecimento numa perspectiva inovadora, uma vez que sua aprendizagem muda de estratégia mediante cada grau de deficiência, onde são disponibilizadas atividades direcionadas na averiguação de educação e aprendizagem. A autora ainda detalha as especificidades de cada deficiência para melhor compreensão sobre como se dará a proposta de ensino a fim de atender por igual a construção do conhecimento do aluno.

Formação docente na perspectiva da Inclusão Escolar

É notório que a inclusão escolar enfrenta muitos entraves no processo de implementação no Brasil, desde mínimos investimentos, as avaliações externas que não considera as especificidades desse público, a má vontade de alguns professores de trabalhar com pessoas com necessidades especiais, designando muitas vezes essa função aos mediadores que ficam responsáveis pela elaboração das atividades para esses discentes, algo inaceitável, pois, esses são responsáveis apenas por mediar a relação de aprendizagem entre professor e o/a aluno/a, ajudando na compreensão e resolução das atividades. Ademais, outro fator primordial que prejudica a inclusão escolar é a falta de preparo dos docentes, visto que muitos professores que atua em salas comuns não buscam formação e especialização na

área da educação inclusiva e especial e acaba se acomodando, e sofrem muito quando tem que atuar com pessoas que tenham alguma necessidade especial.

Por isso, é importante a formação, especialização e a busca de novos conhecimentos, uma vez que estão surgindo novas necessidades especiais, como discentes que possuem deficiência múltipla. Nessa ótica, CARNEIRO (2012) discorre que:

Construir uma escola diferente implica um compromisso prioritário com a transformação do modelo tradicional de formação de professores. É preciso ter coerência entre o que os educadores aprendem e o que queremos que ensinem. Precisamos, dessa forma, promover discussões e possibilitar a construção de parcerias entre a pesquisa científica e as práticas inclusivas. (CARNEIRO 2012, P. 9).

É necessário que desde a formação inicial dos futuros docentes haja uma preocupação maior das faculdades e universidades no quesito educação inclusiva e especial, pois em suas matrizes curriculares geral são disponibilizadas uma ou duas disciplinas não atendendo a necessidade de aprofundamento da temática.

É preciso, o repensar da formação inicial, pois há uma precariedade no processo de formação dos professores. As instituições precisam rever os paradigmas tradicionais de formação, estabelecendo prioritariamente, em seus currículos, a obrigatoriedade de se trabalhar em todos os períodos essa disciplina, e, além disso, propor pesquisa científica na área, os chamados projeto de extensão, de forma mais ampla, uma vez que através dessas ações os discentes aprendem a prática da inclusão na educação. Assim os futuros profissionais da educação sairão da graduação com um leque maior de conhecimento teórico que aliado à prática, contou com subsídios teóricos.

Além de uma graduação bem orientada para a educação inclusiva, cabe aos docentes pensar também na formação continuada nessa área, mesmo aqueles que pretendam atuar apenas em salas comuns, pois provavelmente em algum momento de sua carreira terá que lecionar para pessoas com necessidades especiais.

Os Benefícios da Inclusão Escolar para os discentes com deficiência

Existem diversos benefícios que a inclusão escolar traz para as pessoas com deficiência, para a família e a sociedade de modo geral, e os profissionais que atuam em salas comuns dando ênfase nos que atuam em salas de AEE, que realizam uma função principal para que esses benefícios sejam alcançados, uma vez que (ROPOLI, 2010), menciona:

O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. É realizado, de preferência, nas escolas comuns, em um espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncionais. Portanto, é parte integrante do projeto político pedagógico da escola. São atendidos, nas Salas de Recursos Multifuncionais, alunos público-alvo da educação especial, conforme estabelecido na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e no Decreto N.6.571/2008. (ROPOLI, 2010, p. 17).

Ou seja, é por meio de um bom trabalho realizado por os profissionais de salas regulares complementando com os da sala de AEE que discentes alcançarão os diversos benefícios tanto acadêmicos e sociais como, por exemplos: melhor desempenho em linguagem e matemática, já no âmbito social os principais benefícios são o ganho da autonomia, a capacidade de decidir e contribuir com a sociedade, melhoramento do comportamento e do convívio com os familiares e as demais pessoas.

A Escola Doutor Severino em seu PPP aponta apoios pedagógicos voltados a alunos assistidos no AEE, recorrente da:

- a) Oferta de apoios didático-pedagógicos necessários à aprendizagem, à comunicação, com utilização de linguagem e códigos aplicáveis.
- b) Atendimento em sala de recursos no contraturno de sua frequência na sala de aula com a utilização de procedimentos, equipamentos e materiais próprios, por meio da atuação de professor especializado para a orientação, complementação ou suplementação das atividades curriculares, em período diverso da classe comum em que o aluno estiver matriculado. (PPP da Doutor Severino, p.24).

Mediante todo o amparo vigente na Lei e nos pontos presentes no PPP da escola percebe-se que ambos andam em comunhão para um atendimento adequado a alunos com deficiência no âmbito educacional. Vale salientar que ambas as propostas vêm ao encontro de novas perspectivas de ensino, onde sempre a melhor apropriação de conteúdo no meio inclusivo sempre vem em benefício do aluno assistido na sala de atendimento educacional. Porém muito ainda tem que ser feito para amparar o público da educação especial, uma vez que seu ensino é remodelado com frequência.

Metodologia

A metodologia utilizada para o presente trabalho é de cunho qualitativo, objetivando se analisar a inclusão escolar partindo do PPP da instituição, e de caráter bibliográfico com o estudo de artigos e obras de autores característicos no tema que deixaram de forma direta e indireta sua opinião como forma de fundamentos para uma nova perspectiva de inclusão. Os

instrumentos usados para coleta de dados além do que foi mencionado acima, foram conversas informais com a profissional do AEE e uma docente que atua em sala comum, no dia 9 de junho de 2021, das 14 horas às 16 horas sobre esse assunto, por meio do Google Meet. Dentre muitas indagações que foram feitas, foi questionado, quais os entraves que impedem a real inclusão escolar nessa unidade de ensino? Segundo as docentes: “Dentre muitos empecilhos que a escola enfrenta com relação a essa temática, podemos citar, a falta de adaptações estruturais do ambiente, pois embora o local conte com rampas de acessibilidades que permite os cadeirantes adentrarem qualquer lugar dessa unidade de ensino, faz-se necessário outras adaptações para atender as demais deficiência como, por exemplo: a implantação de piso tátil para pessoas cegas, adaptações nos banheiros e a ampliação da sala de AEE, pois atualmente contasse com um local minúsculo para o atendimento do público.” (Docentes da escola Doutor Severino). Esses foram alguns empecilhos mencionados pelas docentes dentre muitos que existem nessa árdua jornada que embora venha de muitos anos atrás, hodiernamente ainda enfrenta muitos obstáculos para sua efetivação na unidade de ensino.

Considerações Finais

Foi constatado por meio de análise do PPP da instituição escolar Doutor Severino Alves de Sá e de levantamento bibliográfico mediante artigo, mostra que a perspectiva inclusiva escolar está muito longe de ser uma realidade concreta nessa escola, apesar dos esforços da profissional do AEE e dos demais docentes que atuam em salas comuns. Dependendo não só da unidade de ensino, mas de todo um conjunto de ações voltadas às dependências de ensino.

Consideramos que as lacunas sociais, políticas e pedagógicas são imensas para uma consolidação de uma educação inclusiva, e essa afirmação pode ser constatada no decorrer do artigo. Assim, compreende-se que a secretária municipal de educação (SME), deve buscar medidas para solucionar os empecilhos que impedem a concretização dessa jornada, visando beneficiar os discentes com necessidades especiais. E essas medidas parte inicialmente de mais investimento financeiro destinado a adaptações no ambiente escolar, e na compra de materiais pedagógicos para atender esse público.

Dessa forma, por meio dessas medidas e esforço mútuo dos docentes da sala regular e da sala de AEE, podemos sonhar com uma educação inclusiva. E, além disso, a família é de fundamental importância nesse processo, uma vez que, cabe a eles acreditar e incentivar que suas crianças e adolescentes são capazes de aprender, e ademais é necessário também que se busque auxílio de outros profissionais como, por exemplos: fisioterapeuta, fonoaudiólogo, psicólogo, etc., pois, é por meio de ajuda desses profissionais também, e de um trabalho bem feito dos demais envolvidos que a inclusão escolar terá êxito.

Referências

BRASIL. BNCC (Base Nacional Comum Curricular), 1ª versão. Brasília: Ministério da Educação, 2015. _____ . **Lei de Diretrizes e Bases – Leiº 5.692. Brasília:** Ministério da Educação, 1971.

CARNEIRO, R. U. C. **Formação de professores: da educação especial à inclusiva – alguns apontamentos.** IN ZANIOLO, L. O; DALL’ACQUA, M. J. *Inclusão Escolar: Pesquisando políticas públicas, formação de professores e práticas pedagógicas.* Jundiaí, Paco Editorial, 2012. p.7-24.

DELOU, Cristina Maria Carvalho et. al. **Educação Inclusiva.** Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?.** São Paulo: Moderna, 2003.

DENARI, Fátima Elizabeth. **“Educação especial e inclusão escolar: das dimensões teóricas às ações práticas”.** In: Revista @mbienteeducação, São Paulo, v. 1, n. 2, pp. 3139, ago./dez.2008. Disponível em: <http://www.cidadesp.edu.br/old/revista_educacao/pdf/volume_2/rev_n%C2%BA_2_3_denari.pdf>. Acesso em 22 jun. 2012.

UNESCO. **Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, políticas e práticas na Área das Necessidades Educativas especiais.** Salamanca, Espanha; 07 a 10 de junho de 1994.

ROPOLI. Edilene Aparecida [et.al]. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2010.

DIVERSA. Disponível em <<https://diversa.org.br> > edu... Educação inclusiva e formação docente – diversa. Acesso em: 04/10/2019.

SCIELO. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org> > scielo > s... Inclusão escolar: um estudo acerca da implantação da proposta em escolas públicas. Acesso em: 04/10/2019.

Como citar este artigo (Formato ABNT):

PIRES, Gabriela Gonçalves; SILVA FILHO, Venceslau José da; ALMEIDA, Kennya de Lima. Inclusão Escolar: Análise do Processo de Inclusão na Escola Doutor Severino Alves de Sá, Instituição de Ensino Público no Município de Salgueiro-PE. **Id on Line Rev. Psic.**, Dezembro/2021, vol.15, n.58, p. 292-303, ISSN: 1981-1179.

Recebido: 30/10/2021;

Aceito 16/11/2021;

Publicado em: 30/12/2021.